



# GOVERNAÇÃO ECONÓMICA

[www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

Sexta - feira, 12 de Janeiro de 2024 | Ano V, n.º 35 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

POWER OF VOICES FAIR FOR ALL

## Agricultores na Zambézia Reflectem sobre a Regulamentação Fiscal, Comercial e da Cadeia de Valor do Sector em Moçambique





**É amplamente reconhecido que o tecido agrícola local é composto por pequenos agricultores, muitos dos quais operando de maneira informal, em grande parte devido à natureza de sua produção voltada ao consumo. Portanto, a imposição de requisitos como contabilidade organizada parece ser uma barreira praticamente intransponível**



## Contexto

A base do crescimento em Moçambique é amplamente apoiada pela agricultura, principalmente impulsionada por pequenos e médios agricultores. Ainda assim, este sector opera sob recursos limitados, o que resulta em baixos níveis de produtividade.

A maioria das análises especializadas destaca a baixa eficiência na agricultura como consequência da escassa utilização de tecnologias modernas (tais como maquinaria, fertilizantes, sementes de alta qualidade, sistemas de irrigação e pesticidas), a persistência de métodos tradicionais de cultivo, a ausência de suporte técnico aos agricultores e a restrição no acesso ao financiamento. Além disso, recentemente, houve um movimento informal que destaca a importância das leis fiscais, do comércio e das cadeias de valor para o avanço do sector agrícola. Assim, foram feitos esforços para implementar regulamentações mais flexíveis e acessíveis aos agricultores, embora ainda não sejam suficientes.

A legislação dispersa aprovada para o sector e as reformas em andamento no âmbito legal, especialmente no campo fiscal, ainda não foram suficientemente difundidas entre os principais envolvidos do sector. Isso resulta em uma notável falta de conhecimento sobre o assunto, até mesmo entre as organizações.

Foi reconhecendo a relevância e necessidade de preenchimento da “lacuna de conhecimento” existente que o Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), em parceria com a OXFAM Moçambique e a Associação do Desenvolvimento da Comunidade (NANA), realizou um treinamento sobre Regulamentação Fiscal, Comercial e da Cadeia de Valores em Moçambique. O treinamento foi realizado no âmbito do projecto *Power of Voices Fair for All*, com o apoio do Governo do Reino dos Países Baixos, e teve lugar no dia 05 de Dezembro de 2023, na Província da Zambézia, distrito de Mocuba.

## **“Na realidade, os incentivos fiscais alocados à agricultura são quase que inacessíveis devido às elevadas exigências propostas pelo executivo” - José Luabo (Docente - UniZambeze)**

Segundo o professor universitário José Luabo, os pequenos agricultores enfrentam consideráveis obstáculos para aceder aos incentivos propostos pelo Governo, devido às exigências rigorosas estabelecidas. Luabo argumentou na ocasião que essa abordagem carecia de sentido, considerando-se que a maioria dos agricultores em Moçambique opera em pequena escala e, por natureza, não está formalmente registada. Exigir formalização e contabilidade estruturada destes agricultores parece contraproducente.

“É amplamente reconhecido que o tecido agrícola local é composto por pequenos agricultores, muitos dos quais operando de maneira informal, em grande parte devido à natureza de sua produção voltada ao consumo. Portanto, a imposição de requisitos como contabilidade organizada parece ser uma barreira praticamente intransponível”, afirmou Luabo.

Adicionalmente, Luabo defendeu que a falta de fiscalização, a baixa taxa de escolaridade, a elevada burocratização e o limitado investimento em serviços públicos desencorajavam os agricultores de cumprir as suas obrigações fiscais.

Por fim, Luabo enfatizou que a situação da dívida do Governo com as gasolinhas tinha um impacto negativo na eficácia dos incentivos, particularmente na distribuição dos benefícios sobre o acesso a combustíveis a preços mais baixos, o que permitiria o aumento da lucratividade dos produtores e a melhoria nos preços de mercado.

“O governo mantém uma dívida substancial com as gasolinhas e outros fornecedores, o que torna inflexível a transmissão dos incentivos ao longo da cadeia de valor. Mesmo quando os incentivos são disponibilizados, muitas vezes são absorvidos para compensar essas dívidas antes de chegar aos pequenos agricultores”, explicou Luabo.

**“Além dos obstáculos fiscais, os pequenos agricultores se deparam com significativas barreiras comerciais, exemplificadas pela exigência do certificado de qualidade para seus produtos”, afirmou o Director Pedagógico do Instituto Agrário de Mocuba.**



Os pequenos agricultores enfrentam diversas barreiras para a sua sustentabilidade, tanto de natureza fiscal quanto comercial, muitas delas impostas pelo Governo, como é o caso do certificado de qualidade. Muitos agricultores têm sido prejudicados significativamente por não possuírem esse certificado, necessário para a comercialização de seus produtos em mercados mais regulamentados. Obter tal certificação é complexo, requerendo, em primeiro lugar, total legalização e auditorias internas e externas nas contas.

“Há sérios problemas na cadeia de valor agrícola em Moçambique, onde cada entidade impõe suas próprias regras e exigências, resultando em prejuízos consideráveis para os pequenos agricultores. As exigências comerciais na cadeia de valor ameaçam a permanência dos pequenos agricultores no sistema, pois são solicitados requisitos como contabili-

dade organizada, auditorias de contas e certificação de qualidade, os quais são quase inatingíveis para eles”, afirmou o Director do Centro.

O subsídio do diesel para o sector agrícola é outro ponto de destaque negativo, especialmente para o distrito de Mocuba. Os pequenos agricultores não estão a beneficiar-se desse subsídio destinado ao sector. Para ilustrar, os custos para trabalhar a terra com tractores aumentaram em cerca de 30%, passando de quatro mil no início de 2023 para cinco mil e quinhentos no final do mesmo ano, explicado em parte pelo conflito russo-ucraniano. Além disso, as dívidas do Governo para com as gasoleiras também afectam negativamente os preços dos combustíveis. “O difícil acesso aos incentivos devido aos altos requisitos exigidos é um desafio para os pequenos agricultores”, terminou o Director.

**“Investir no conhecimento prático e local como uma ferramenta para a sustentabilidade das acções desenvolvidas pelos projectos”, (Adelson Rafael, OXFAM Moçambique)**

A agricultura, dada a sua importância e limitações enfrentadas, está no cerne da recepção de projectos, tanto públicos quanto privados. No entanto, devido a restrições orçamentárias, a implementa-

ção desses projectos geralmente é programática e limitada no tempo, não sendo sustentável a longo prazo. Assim, as comunidades locais, principalmente os pequenos agricultores, precisam absorver e

aplicar os conhecimentos adquiridos mesmo após o término dos projectos. Foi neste contexto que Adelson Rafael, da OXFAM Moçambique, enfatizou a necessidade de os pequenos agricultores trabalharem para tornar as acções dos projectos sustentáveis, tornando-os independentes com base nos conhecimentos adquiridos durante a implementação.

“Não faz sentido que um agricultor se beneficie de projectos por mais de 20 anos e ainda continue produzindo na mesma área de terra, evidenciando a persistência das mesmas restrições orçamentárias”. Rafael destacou a importância de os agricultores verem os projectos como oportunidades de investimento em conhecimento, de modo que, com o tempo, esse conhecimento possa gerar retornos mesmo após o término do projecto.

Além disso, Rafael defendeu a necessidade de fortalecer as associações agrícolas e comerciais para uma integração mais eficiente na cadeia de suprimentos. Ele propôs o estabelecimento de uma rede comercial mais robusta e especializada, permitindo a exploração de mercados mais amplos, desde que

os produtores e comerciantes estejam organizados de maneira especializada.

“O produtor deve-se preocupar apenas com a produção, deve haver uma divisão clara de tarefas na cadeia de valor, com alguém dedicado à produção, à pequena transformação, ao transporte e à comercialização”. Adelson Rafael também apontou a necessidade de buscar conhecimento prático local, dado o esgotamento do uso da extensão pública e dificuldades logísticas.

“É importante buscar conhecimento e apoio local, inclusive daqueles com experiência empírica nas comunidades. Houve relatos de desafios na extensão pública, como a falta de pagamento de salários e falta de combustível para os extensionistas, prejudicando suas actividades em algumas regiões, isso pode representar uma oportunidade para fazermos o uso intensivo do conhecimento local para atender as nossas agendas de produção”.

Por fim, ressaltou a necessidade de cooperação entre os associados das cooperativas, compartilhando fundos para beneficiar os agricultores associados.

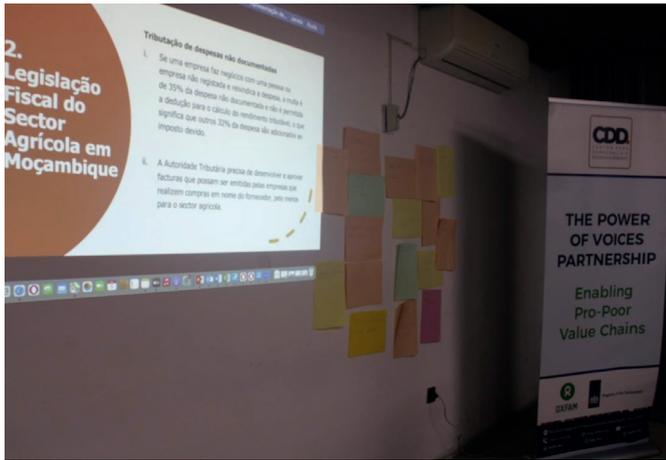


**“Não devemos depender exclusivamente de projectos; estes não são perpétuos. Precisamos ser mais resilientes e proactivos.” (Jeremias - NANA)**

O representante da NANA no evento deixou saber que há falta de proactividade e audácia na implementação dos conhecimentos obtidos no âmbito do projecto pelo que existem indivíduos que já adquiriram conhecimentos em várias áreas, mas permanecem à espera de mais treinamentos. Ele ainda ressaltou que o projecto actual visava apoiar selectivamente algumas cooperativas e associações, reconhecendo a inviabilidade de abranger todas, o

que resulta na implementação de diversos projectos direccionados a diferentes grupos.

“Existem pessoas aqui que já receberam capacitações em várias áreas, mas aguardam por mais treinamentos. Dentro do escopo deste projecto, estamos apoiando algumas cooperativas e associações; no entanto, não é viável apoiar todas, o que resulta em múltiplos projectos com diferentes grupos-alvo. Temos um conceito denominado 'gradação dos bene-



ficiários, visando uma evolução estrutural notável na produção e na mentalidade dos participantes cinco anos após o envolvimento no projecto.”

Jeremias ainda ressaltou que havia necessidade de diversificar os segmentos da cadeia de valor. “Na nossa cooperativa, devemos contar com especialistas em selecção de sementes, irrigação, extensão e comercialização de produtos agrícolas. Esses especialistas não precisam frequentar cursos em outros locais, mas podem beneficiar-se das formações que realizamos periodicamente”.

Por fim, o representante da NANA no evento abordou o trabalho que a sua organização tem desenvolvido com intuito de ligar o sector produtivo ao sector empresarial e ao regulador (Governo). “Estamos empenhados em estabelecer uma plataforma entre o sector privado, produtores e sector público. Pela primeira vez, reunimos em uma mesma sala líderes governamentais, comerciantes e pequenos produtores para discutir questões relacionadas aos mecanismos de preços e ao desenvolvimento do sector, pelo menos a nível local”.

A ideia é criar condições para que os especialistas em comercialização na cooperativa tenham acesso a negociação com todos os agentes económicos do mercado final, maximizando o retorno da produção. “Se Nacala é o mercado que oferece a melhor remuneração, devemos criar condições para que os produtos cheguem lá. Nosso papel como projecto é transferir capacidades e mostrar caminhos aos agricultores por meio de associações e cooperativas”, terminou Jeremias.

Durante o *Workshop* em Mocuba foram feitas três apresentações: (1) Regulamentação fiscal na agricultura<sup>1</sup>; (2) Regulamentação comercial na agricultura<sup>2</sup>; e a última sobre (3) A cadeia de valores em Mocambique: O caso de Mocuba. Por fim foi realizada uma discussão pública sobre a regulamentação no sector, onde se buscou ouvir dos participantes os principais elementos que contribuíam negativamente no desempenho do sector. O evento contou com a participação de associações agrícolas, cooperativas agrícolas, pequenos agricultores de forma individual, academia e sector privado.

<sup>1</sup> Em anexo, o material da apresentação.  
<sup>2</sup> Em anexo, o material da apresentação.



#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Autor:** Salvado Raisse  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

